

## O REAL, O POSSÍVEL E O NECESSÁRIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maria Helena Novaes\*

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Educação Especial assume, no momento, relevante papel dada à crescente demanda de uma sociedade em expansão e à premência de serem adotadas medidas consistentes e inovadoras que possam assegurar a participação plena dos excepcionais na comunidade brasileira.

A evidência dos resultados das ações desenvolvidas por instituições públicas e particulares, bem como por órgãos diretamente envolvidos nessa área, no caso o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/MEC), revela o expressivo interesse manifestado e os inúmeros esforços já empreendidos nesse campo.

Entende-se por excepcionais aqueles que apresentam deficiências mentais, físicas, da visão, da audição, os portadores de múltiplas deficiências, de problemas de conduta e os superdotados.

Embora a legislação em vigor assegure a esses educandos o direito a um "tratamento especial" (Art. 9º da Lei nº 5.692/71), a sua execução ainda não está ao alcance de todos, oferecendo o próprio sistema social resistências à expansão e à melhoria do ensino especial.

Evidentemente, devido às carências e dificuldades da Educação Comum, suas soluções encontram-se na dependência direta de providências

adotadas pelo Sistema de Ensino Geral e do apoio concomitante da comunidade.

Por outro lado, a percepção social dos deficientes, baseada que está mais nas suas incapacidades e limitações do que nas suas potencialidades, faz com que não se acredite no retorno dos investimentos feitos com eles em benefício da própria sociedade.

De modo geral, as ações e programas da Educação Especial estão baseados nos princípios da **normalização**, da **integração** e da **individualização**. A **normalização** tem por objetivo oferecer ao excepcional oportunidades tanto educacionais, sociais, quanto profissionais, similares às demais pessoas; a **integração** é aqui entendida nos seus aspectos temporal, instrucional, social e cultural; a **individualização** pressupõe adequar o atendimento às especificidades de cada categoria de excepcionalidade, respeitadas suas diferenças individuais.

Convém esclarecer, por oportuno, que o princípio da normalização não pressupõe impor normas de conformismo social, mas, sobretudo, levar em conta as dimensões da pessoa, dos segmentos sociais primários e intermediários e do próprio sistema social.

Propiciar experiências normais de desenvolvimento no ciclo de vida significa oferecer elenco de escolhas, desejos, expectativas de decisão, acesso a uma vida normal e participativa no contexto sócio-cultural; porém, de nada adianta preconizar tais princípios se não forem concretizadas, simultaneamente, reais oportunidades, tanto educacionais, como de trabalho, lazer e integração.

Com a finalidade de implementar tais princípios, os programas educacionais devem estar, pois, compatibilizados com aqueles do ensino co-

\* Livre-Docente da UFRJ e Professora Associada da PUC/RJ.

num, favorecendo o convívio social, através da família, da escola e do trabalho, evitando-se, sempre que possível, a institucionalização segregativa.

A Educação Especial constitui-se em direito individual e dever social, preocupando-se em oferecer condições iguais de acesso à educação, uma vez que a pessoa do educando é o centro do esforço educacional. Tendo em vista tal perspectiva, cabe à escola alargar seus espaços educativos e diversificar seus procedimentos pedagógicos, a fim de atender às necessidades de tal clientela.

Dentre as modalidades de atendimento mais usuais encontram-se: as **classes comuns**, para aqueles que têm condições de acompanhar o ensino regular, **com ou sem professores especializados**, o **apoio pedagógico complementar prestado em salas de recursos**, com material instrucional especializado e equipamentos de suporte; o **ensino itinerante**, no caso de não existirem serviços especializados no local; as **classes especiais**, junto às escolas comuns, oferecendo ensino diferenciado, de acordo com as características dos diversos tipos de excepcionais; as **instituições especializadas** e as **escolas-residência** para os excepcionais que exigem atendimento específico; e as **oficinas pedagógicas** que constituem modalidades de preparação profissional e aprendizagem de hábitos para o trabalho.

Por oportuno, lembraria que toda inovação educacional nessa área, provém de quatro tipos de contribuições: a do esforço da participação pessoal; a da difusão e informação programada; a do exercício do poder e a contribuição espontânea de grupos e de instituições.

Projetos educacionais só podem emanar de projetos sociais, pois as transformações não advirão, como pensam muitos, da maneira propriamente de ensinar, da aplicação de técnicas isoladas ou de normas pedagógicas, mas sim de propostas sociais mais amplas, respeitando-se as relações entre a instituição educativa, a demanda social e os valores culturais.

Portanto, na área da Educação Especial é muito importante analisar a correspondência entre o sistema educativo especial e o sistema institucional, reflexo do sistema social e dos modelos culturais vigentes.

A situação ideal para implementar projetos inovadores seria aquela que contasse com uma infra-estrutura administrativa forte e bem montada, acompanhada de um consenso social externo bem delineado e de uma autoridade de poder decisório firme e determinada na explicação de seus objetivos.

### ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO DA PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Estabelecer as relações entre os "necessários" e os "possíveis" em educação é fundamental para se compreender as transformações do "real" educativo, pois, na medida que crescem as possibilidades, progridem as necessidades e o sistema educacional se realimenta. Portanto, a construção do "real" educativo está sempre baseada na interligação crescente do "possível" com o "necessário".

Segundo a concepção piagetiana, a abertura para novos "possíveis" se efetua num quadro de "necessários" anteriores que conduzem à constituição de outros ulteriores.

Analisando-se a evolução histórica do movimento da Educação Especial no Brasil, comprova-se que, desde o momento em que as necessidades de atendimento aos excepcionais se configuraram, as possibilidades se estruturaram e a realidade de atendimento foi sendo construída paulatinamente, abrindo-se para novos "possíveis" e "necessários".

Para que uma transformação seja concebida como "necessária" é preciso compô-la com outras e, em consequência, situá-la entre as variações possíveis da realidade.

Em tais condições, o processo de diferenciação, fonte dos "possíveis", contrapõe-se com o processo de integração, fonte dos "necessários". Se-



não, vejamos: a pessoa do excepcional, por ter características peculiares, exige atendimento diferenciado, o qual só se torna possível desde que atenda tais características; por ser uma pessoa humana como qualquer outra, tem necessidades comuns que a induz a integrar-se e a conviver normalmente na comunidade. Tais considerações favorecem uma melhor compreensão dos princípios da normalização, da integração e da individualização, já citados anteriormente.

Cabe aqui ressaltar que a formação de novos "possíveis" está subordinada a duas condições: a primeira, vinculada à constituição de novas combinações entre os dados, no contexto de um problema não resolvido, e procedimentos empregados ou tentados para a sua solução, de modo mais ou menos dirigido ou aleatório; a segunda, ligada à seleção dessas combinações e destinada a corrigir os erros e procedimentos em função dos resultados obtidos, dos esquemas apresentados e das operações organizadas.

Pode-se considerar quatro formas de "possíveis": a forma elementar do possível hipotético; a seguir, a do possível atualizável; a terceira, a do possível dedutível e, por último, a do possível exigível que leva à generalização de uma estrutura de ação.

O importante é considerar o "possível" sempre, inicialmente, ligado ao impossível, assim como o necessário ao não-necessário, pois serão as forças e as pressões das estruturas educativa, social e cultural que determinarão os graus de variação entre eles.

No campo da Educação Especial torna-se bem nítida esta ligação, pois dadas as resistências e dificuldades provindas do sistema, muitos "possíveis" não se viabilizam sendo obstáculos e problemas criados a todo momento.

A própria necessidade evolui também de uma etapa de indiferenciação para uma de diferenciação e de integração com as possibilidades que irão construir o "real".

Contudo, como já foi dito anteriormente, tal real educativo só será construído através da combinação dos "possíveis" e dos "necessários" de acordo com as variáveis educacionais, sociais e culturais que influenciam os componentes básicos das relações educativas, pedagógicas e de produção, o diálogo educativo, os determinantes da situação educativa e a configuração comunitária do atendimento educacional.

A seguir, detalharemos tais componentes na situação do ensino especial com o objetivo de ilustrar os pressupostos assumidos.

### AS RELAÇÕES EDUCATIVAS, PEDAGÓGICAS E DE PRODUÇÃO NO ENSINO ESPECIAL

No ato educativo, conjunto coerente de iniciativas com vistas a uma finalidade e a um sistema ordenado de meios próprios, estão presentes fatores sociais, culturais, psicológicos, além dos pedagógicos.

Tal ato deve responder às exigências internas do educando, levando-o a organizar sua conduta e a conquistar o domínio de seu próprio desenvolvimento. Vale a mesma regra para os excepcionais, tanto deficientes como superdotados, uma vez que as exigências variam, as potencialidades diferem e os ritmos de aprendizagem não são semelhantes.

Se assumirmos que o objetivo básico da educação consiste em capacitar o indivíduo para que possa se beneficiar dos estímulos de seu meio e de agir eficazmente sobre ele, logicamente, tanto no ensino comum quanto no especial, os métodos e recursos pedagógicos a serem empregados estarão na dependência das possibilidades e necessidades tanto das pessoas, dos grupos, das instituições quanto do sistema educacional.

O processo ensino-aprendizagem baseia-se na interação social e, por conseguinte, as relações estão sempre presentes nas estruturas institucionais e no decorrer temporal das atividades educacionais.

As relações educativas dizem respeito às diversas situações e tipos de envolvimento tanto pessoal como social. No caso dos excepcionais é

muito importante considerá-las, por visarem apoiá-los na formação de hábitos e de atitudes, a fim de integrá-los na sociedade e no mercado de trabalho.

Já as relações pedagógicas estabelecem-se por intermédio das tarefas escolares, das atividades curriculares, das modalidades instrucionais e dos métodos didáticos que deverão ser sempre adaptados às características dos diversos tipos de excepcionalidade.

É evidente que os modelos da estrutura social hierarquizada refletem-se nas relações pedagógicas. Daí a ação do professor implicar na relação do saber e da autoridade.

Merece destaque o problema do professor de excepcionais, uma vez que além de insatisfatoriamente preparado, em muitos casos não tem motivação nem interesse suficientes para atender às necessidades de tal clientela e, o que é mais grave, desvaloriza-a, subestimando sua capacidade de aprendizagem e de adaptação, não tornando possível uma ação pedagógica que favoreça sua real integração social.

Quanto às relações de produção, dizem respeito aos níveis de qualificação que correspondem à divisão de trabalho e aos sistemas de produção. No atendimento aos excepcionais surgem muitas dificuldades, principalmente no momento da inserção no mercado de trabalho, devido ao fato de não serem valorizados como agentes produtivos, por causa dos preconceitos sociais, além de suas peculiaridades.

Na escola, a integração social pode ser avaliada pela participação dos educandos nas atividades comuns, pelo índice de satisfação geral, pela consistência do seu convívio social e pelo nível de seu relacionamento com as pessoas e grupos.

Apesar de ser muito enfatizada a necessidade de serem os excepcionais integrados no contexto sócio-cultural, a própria escola não alarga suficientemente suas fronteiras educativas, nem explora as situações escolares integrativas, limitando-se, muitas vezes, só a registrar dificuldades que apresentam para a própria instituição.

Seria de toda conveniência que os níveis de funcionamento relacional fossem sempre analisados tanto a nível de professor—aluno, aluno—classe, aluno—aluno, professor—instituição, aluno—instituição, quanto deles com a comunidade.

Relações paternalistas, distantes, defensivas, condicionarão nos excepcionais desinteresse, sentimento de rejeição, falta de motivação, afetando todo processo de convívio autêntico e espontâneo, bloqueando a comunicação.

## O DIÁLOGO EDUCATIVO E OS EXCEPCIONAIS

O diálogo educativo, basicamente assimétrico por natureza, apresenta-se sobre uma configuração triangular, envolvendo, por um lado, o processo de aprendizagem, o desenvolvimeto das potencialidades como finalidade e o agente educacional como mediador.

O educador que trabalhar com excepcionais, sejam deficientes físicos, mentais, sensoriais, portadores de múltiplas deficiências, de problemas de conduta ou superdotados, deve ser sensível e estar atento às suas necessidades e, igualmente, consciente das próprias motivações, dos seus limites pessoais de atuação profissional.

Com base nessas necessidades, deverá estruturar situações de realidade possível no campo de sua atuação pedagógica.

Dentre os tipos de vínculo que poderá estabelecer, temos: o da **dependência**, seguindo o modelo intergeracional pai—filho, que conduz a atitudes de superproteção; o da **cooperação ou mutualidade**, que leva a uma independência progressiva; e o da **competição** que pode ocorrer, quando se trata de atender superdotados, uma vez que sentindo-se ameaçado no seu poder e no seu saber, rivaliza com eles, hostilizando-os ou rejeitando-os.

Por outro lado, se a percepção que o professor tem do grupo de excepcionais for negativa, não acreditando nas suas capacidades, poderão



ocorrer sérios problemas na sua atuação pedagógica. Trabalhando com a imagem do aluno ideal, aquele produtivo, rápido e bem comportado, fará constantemente comparações depreciativas, adotando comportamentos defensivos, de alienação, o que gerará muita insatisfação profissional, insegurança pessoal e de culpa.

Outras dificuldades serão provenientes da não-aceitação das normas institucionais e funcionais, que provocarão problemas na prática pedagógica e na comunicação em sala de aula.

### SITUAÇÃO EDUCATIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS

Aprendizagem diz respeito à equação de condutas antecedentes e conseqüentes, com esquemas de ações preexistentes, sendo considerada como um produto contextual das estruturas de ação, a partir do momento em que a experiência modifica o estado anterior do comportamento.

Engloba, portanto, tanto a incorporação de novos conhecimentos, como a modificação funcional de comportamentos, a aquisição de novas formas de compreensão, além da organização de atitudes e valores.

Uma situação educativa deve, basicamente, criar condições favoráveis que possibilitem modificar comportamentos, estando relacionada à dosagem das experiências propostas, à definição de metas e objetivos e ao favorecimento de conteúdos novos e à mobilização de interesses dos educandos.

Em Educação Especial é imprescindível considerar os esquemas anteriores de conduta (modelos, hábitos, padrões de desenvolvimento, formas de ação, motivações, atitudes e valores), esquemas operantes da conduta que se inserem na experiência e tendem a modificar os comportamentos (novos hábitos, táticas, estratégias de conduta) e os produtos e *performances* da aprendizagem resultantes.

Seria recomendável que fossem adotados procedimentos realistas e apropriados e, sobretudo, mecanismos de mediação e de avaliação edu-

cacional, os quais implicam em modificar os conceitos e o nível de expectativas face à competência real dos alunos.

É evidente que as características de cada excepcional irão determinar seus ritmos e níveis de aprendizagem, lembrando, por oportuno, que os processos de ensino e de aprendizagem não se correlacionam necessariamente.

Dentre os diversos tipos de aprendizagem encontram-se: a aprendizagem dos automatismos (motoras, verbais), aprendizagem prática (hábitos e habilidades), aprendizagem conceitual (verbo-ideativa), aprendizagem social (papéis e atitudes) e aprendizagem normativa (valores e formas de juízo).

No Ensino Especial, freqüentemente, desloca-se a problemática da falta de rendimento escolar para as limitações dos próprios deficientes e não para aquelas provindas da ineficiência da prática educativa, em geral, insatisfatória e pouco motivadora.

Assim sendo, impõe-se a adaptação de programas curriculares e dos métodos pedagógicos, uma vez que cada categoria de excepcionalidade exige variedade de técnicas e recursos didáticos que possam favorecer o processo da aprendizagem.

O conhecimento das características e dos padrões de conduta específicos de cada tipo de excepcionalidade é imprescindível, para evitar problemas que possam surgir, como, por exemplo, o dos superdotados que passam a ser muito exigidos na escola, ou então rejeitados pelos colegas ou professores, devido aos seus talentos e habilidades.

O esquema de atendimento educacional deve levantar, de início, falhas e dificuldades nos mecanismos básicos envolvidos na aprendizagem, levando-se em conta a prontidão receptiva, a capacidade para responder

expressiva, instrumental e verbalmente, os padrões de hábitos adquiridos e os resíduos de experiências anteriores, além de expectativas de apoio e sistemas de controle.

Portando, para alcançar a desejável mudança de comportamentos é preciso operacionalizar os componentes específicos, localizar as causas do comportamento atual e os sintomas evidentes, a fim de:

- estabelecer as bases do problema;
- reorganizar novos hábitos;
- reestruturar novos padrões de comportamento;
- controlar atitudes negativas;
- aproveitar técnicas de ensaio-erro; e
- reforçar perspectivas.

Considerando que o processo educativo pressupõe sempre uma dinâmica relacional, com vistas a reestruturar os processos adaptativos, a mudar as atitudes e a modificar os comportamentos, a concepção moderna do modelo educacional, aplicado à Educação Especial, parte das próprias dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos excepcionais, das condições de prontidão, dos padrões evolutivos e das limitações ocasionadas pelas deficiências.

Com tal abordagem, pode-se ajudar o educando excepcional a construir suas relações com o meio, partindo de suas necessidades e possibilidades pessoais, e das variáveis do contexto sócio-cultural.

Através de um diagnóstico prescritivo, que inclui a análise funcional e a avaliação intra-individual, é permitido determinar as estratégias de ensino, compatibilizadas com suas dificuldades de aprendizagem, estabelecendo-se passos configurados em etapas mínimas que o educando deverá cumprir paulatinamente.

Procedimentos de ensino baseados na análise de tarefas permitem não só uma avaliação contínua do processo de ensino-aprendizagem, como das necessidades educacionais, facilitando controle mais objetivo das práticas pedagógicas utilizadas.

Os conteúdos programáticos devem surgir de objetivos estabelecidos *a priori*, de acordo com as necessidades de quem aprende, obedecendo aos seguintes critérios: logicidade, gradualidade e continuidade.

Merece destaque no atendimento educacional aos excepcionais, o incentivo constante à participação ativa dos alunos e o estímulo à criatividade.

Recomendações internacionais enfatizam a urgência de se estabelecer um nexos entre as características individuais de aprendizagem dos excepcionais e um atendimento educativo realista e adequado.

Novos enfoques de mediação e de avaliação implicam em mudar os conceitos e o nível de expectativas relacionados com o reexame de critérios de julgamento e de promoções.

Intensificar, pois, o acesso a novas metodologias de intervenção, mecanismos mais ágeis de identificação, controle, investigação dos programas utilizados e renovação de técnicas e estratégias pedagógicas, adequadas a cada tipo de excepcionalidade, seria conveniente para elevar os padrões qualitativo do atendimento aos excepcionais.

## CONFIGURAÇÃO COMUNITÁRIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL

Assumir o significado e o compromisso comunitário, além do social e do cultural, é fundamental em Educação Especial para que qualquer tentativa de mudança ou transformação possa realmente ocorrer.

Muitas instituições, tanto pública como particulares, configuram-se como depósitos de alunos excepcionais sem qualquer direcionalidade de renovação educativa; outras, apresentam-se à comunidade como detetoras de soluções mágicas que resolverão todos os problemas, baseadas na ilusão pedagógica; muitas, embora considerem a necessidade de integrar os excepcionais, reforçam modalidades de atendimento segregativo; várias, utilizam, tão somente, controles de disciplina e rotinas pe-



dagógicas, não pretendendo tornar tais alunos pessoas independentes e produtivas.

O importante aqui é registrar que as agências educacionais sofrem as pressões da comunidade e deveriam responder às exigências e expectativas sociais, que, a rigor, desempenham papel de desafio e renovação.

É fato conhecido que, do momento em que o desenvolvimento sócio-econômico se intensifica, a escola deve preparar-se para uma ação polivalente sem dispersão, capacitando os excepcionais para uma ação criativa e integrada.

O que na realidade inquieta a escola atual ao atender os excepcionais, sobretudo àqueles provindos de meio carente, é a seguinte indagação: como ajudá-los de modo efetivo, se ela própria, como instituição, é também carente no que tange a recursos materiais, humanos e pedagógicos?

Em outras palavras, como equacionar a instituição educacional, suas carências e deficiências face às necessidades de tal clientela, tendo a oferecer elenco de possibilidades muito reduzido diante de práticas pedagógicas diferenciadas.

Já ficou claramente evidenciado que o sistema de mera tutela, a filosofia de um atendimento meramente paternalista e assistencial, é ineficaz, uma vez que não envolve a comunidade, nem a família no próprio processo de atendimento, no sentido de buscarmos unidas alternativas mais realistas de atendimento, viabilizando de modo objetivo o denominado "desejo educativo" de toda sociedade.

Portanto uma ação conjunta integrada com sentido de prevenção poderá, preliminarmente, reduzir em muito a culpabilidade da família face aos excepcionais e auxiliar, sobretudo, a instituição educacional na sua missão educativa, uma vez que o processo pedagógico pressupõe constante interação social, baseada no ciclo da reciprocidade e circula-

ridade das reações adaptativas, a fim de se poder almejar a incorporação de mudanças mais profundas.

Preparar, assim, as escolas que atendem a excepcionais para assumir sua configuração comunitária, envolvendo pais, agentes educativos, sociais e culturais, os diversos serviços existentes na comunidade, estimularia, sem dúvida, a integração desses educandos, a sistematização do atendimento e a própria dinamização do sistema educacional.

Preparar a comunidade, através de meios de sensibilização e de informação sobre os problemas e necessidades dos excepcionais, levaria a uma possibilidade de trabalho conjunto e ativo, além de realista e possível.

## IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

A evidência comprova que a maioria das inovações na área da Educação Especial fica reduzida a experiências esporádicas e casuísticas, baseando-se mais em pessoas do que nos suportes científicos e tecnológicos, sem continuidade de esforços e com fraca coesão entre os grupos, as instituições e as experiências.

Assim, como primeiro passo, deve-se levar em conta as necessidades locais, regionais e nacionais, as possibilidades da própria comunidade e dos diversos contextos sócio-culturais, e as condições reais de viabilização dos programas e atividades.

Pesquisas internacionais realizadas por especialistas e divulgadas pela UNESCO (1980), comprovam que são esses os fatores que interpõem maiores obstáculos às inovações:

- desvalorização do próprio processo inovador, advinda da fraca coordenação e comunicação entre os serviços existentes e da confusão e insuficiência do planejamento;
- conflitos entre pessoas, grupos e instituições, devidos a atitudes de resistência e de oposição às mudanças;

- problemas de subdesenvolvimento que acarretam dificuldades de transportes, atrasos na distribuição de verbas, dificuldades de pessoal, administrativas e de recursos financeiros insuficientes;
- oposição de ideologias educacionais levando à divergência de opiniões e de interesse; e
- relações insatisfatórias, ocasionando fraca coesão profissional entre os membros de equipes nas instituições.

O número e a qualidade dos recursos humanos envolvidos é, sem dúvida, ponto básico, assim como a utilização de conhecimentos técnicos e metodológicos atualizados e válidos.

Portanto, a decisão inovadora deverá vir acompanhada de prévio diagnóstico das necessidades, problemas ou dificuldades existentes, bem como das possibilidades, uma vez que a adoção precipitada de soluções, tentando resolver apenas problemas imediatos, acarreta novos problemas para o sistema, não conseguindo estruturar qualquer mudança mais significativa.

A falta de coordenação de projetos gera, por outro lado, superposição de esforços, duplicidade de ações entre grupos e instituições, o que no campo da Educação Especial é muito prejudicial, dada à habitual escassez de recursos humanos e financeiros.

Aspectos fundamentais a considerar, seriam:

- congregar pessoas, grupos e instituições para que trabalhem cooperativamente, seja no planejamento da organização educacional, nas equipes inter e multiprofissionais, a fim de favorecer a coesão entre os serviços prestados;
- concatenar idéias, práticas metodológicas, atividades, recursos que operacionalizem as mudanças e a busca de novas soluções para os problemas e as necessidades existentes;
- sedimentar mudanças sempre com metas delineadas visando uma produção efetiva, propiciando o aparecimento e experimentação de novas metodologias de ensino especial; seleção mais acurada de recursos humanos e organização de novos espaços educativos; e

- avaliar de modo ágil e operante, o controle das competências exigidas no desempenho escolar e dos fatores que interferem nas situações escolares.

**Concluindo:** Enquanto a Educação Especial não procurar construir um "real" educativo, baseado não só nas necessidades dos excepcionais, mas naquelas do próprio sistema de ensino e do contexto social e cultural, preocupando-se em abrir novas possibilidades de atuação que viabilizem ações concretas e objetivas, corre o risco de ficar apenas a nível de tentativas esparsas e de experiências esporádicas e de fraca consistência.

#### Referências Bibliográficas

- HAVELOCK, R. G. & HUBERMAN, A. M. *Innovation et problèmes de l'éducation*. Paris, UNESCO-BIE, 1980.
- MACHADO, T. Modelo Educacional: uma opção. In: *Educação Especial: atuais desafios*. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980. cap. 3.
- MARQUES, J. *Psicologia Educacional*. Porto Alegre, Globo, 1979.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia do Ensino-Aprendizagem*. São Paulo, Atlas, 1977.
- \_\_\_\_\_. Diagnóstico de excepcionalidade: abordagem pluridimensional. In: *Educação Especial: atuais desafios*. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980. cap. 5.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas inovadoras em Educação Especial. *Tecnol. educ.*, Rio de Janeiro, 10(41): 3-7, jul./ago. 1981.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia Pedagógica*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.
- OLIVEIRA, J. B. A. *Tecnologia Educacional: um enfoque sistêmico*. São Paulo, Pioneira, 1974.